

AO ILUSTRE SENHOR PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CONINS

Pregão Eletrônico N° 33/2023 (SRP)

Pelo presente instrumento, a empresa ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS, inscrita no CNPJ sob o N° 48.581.332/0001-33, com sede na Rua: Iguatemi, 366 , sala 2- Pinheirinho, Pato Branco-PR, vem mui respeitosamente perante Vossa Senhoria, por meio de seus Representantes legais SERGIO MANOEL ROSA DE SOUZA brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico/biomédico, portador do RG: 10.285.728-3, inscrito no CPF: 077.170.889-08, FABRICIO SALDANHA brasileiro, solteiro, graduando em engenharia, portador do RG: 10.455.210-2, inscrito no CPF: 081.876.749-97, apresentar tempestivamente, à presença de V. Ex.^a, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da empresa MAJ LAB - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, CNPJ: 00.467.916/0001-56.

O presente recurso tem por objeto a contestação do preço apresentado Pela empresa oponente, o qual, segundo nossa análise, revela-se inexecutável.

DA TESE

Com base na análise da documentação referente ao balanço anual anexado pela empresa oponente, é evidente uma divergência entre o valor ofertado na disputa licitatória e seu custo operacional. Esta disparidade levanta sérios questionamentos sobre a consistência das práticas financeiras da empresa em questão, exigindo uma investigação mais detalhada para esclarecer a discrepância entre o valor proposto e os custos declarados.

Adicionalmente, a análise de documentos de comprovação de exatidão revela valores divergentes, agravando as preocupações sobre a equidade e integridade na condução dos negócios por parte da empresa concorrente. Este conjunto de inconsistências demanda uma avaliação minuciosa para assegurar a conformidade com padrões éticos e regulatórios do mercado.

DOS FATOS

FATO 1

A empresa apresenta o balanço anual referente ao exercício financeiro de 2022. Na página 7 deste documento, encontra-se a "Demonstração de Resultado do Exercício", onde é possível constatar:

ATR EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

Rua Iguatemi, 366 – Sala 2 • Pinheirinho • CEP 85.506-210 • Pato Branco • PR • Fone: (46) 92000-9520

(-) Salários e Ordenados		R\$ (406.279,34)	R\$ (460.094,65)
(-) 13º Salário		R\$ (39.514,18)	R\$ (40.336,67)
(-) Férias		R\$ (53.759,15)	R\$ (51.248,50)
(-) Indenizações e Rescisões		R\$ (1.492,26)	R\$ (886,69)
(-) Pró - Labore		R\$ (13.200,00)	R\$ (14.544,00)

Ao realizar uma análise específica das despesas com funcionários, identificamos um montante de R\$ 551.680,12, referente às despesas anuais com técnicos e demais colaboradores. É importante observar que nosso padrão legal implica em uma carga horária mensal de 200 horas de trabalho. Ao multiplicar esse valor pelas horas mensais, alcançamos um total de 2400 horas de trabalho anual. Diante disso, procederemos aos cálculos necessários:

$$551680,12 \div 2400 = 229,86$$

O montante alcançado é de R\$ 229,86, representando o custo operacional da empresa oponente. Qualquer valor inferior a este implicaria, sem dúvida, em prejuízo para a oponente. Portanto, os preços de R\$ 80,00 por hora para o item 1 e R\$ 62,00 por hora para o item 2 demonstram, de maneira incontestável, serem inexequíveis, para a empresa em questão. Isso sem considerar os custos de deslocamento de Curitiba-PR até Pato Branco-PR.

FATO 2

Na sua declaração de exequibilidade, a empresa oponente sustenta possuir uma margem de lucro fixa de 10%, independentemente do montante oferecido na disputa. Além disso, alega manter um custo fixo de impostos correspondente a 16%, independentemente do valor da hora técnica, e, por último, um percentual de 74% referente aos custos operacionais, mais uma vez independentemente do valor da hora técnica.

A peculiaridade dessa situação é evidenciada pelo fato de que, seja a hora técnica avaliada em R\$62,00 ou R\$380,00, as proporções de custo e lucro permanecem exatamente idênticas. Este cenário suscita curiosidade, uma vez que é de senso comum que uma empresa incorre em custos fixos associados aos seus colaboradores, tornando-se, assim, improvável que os custos operacionais e o lucro se mantenham com a mesma porcentagem em face de valores distintos.

FATO 3

A empresa oponente fez menção a um contrato no qual sua hora técnica é estabelecida em R\$ 82,00, contrato este celebrado no ano de 2017. Naquele ano, o salário mínimo era de R\$ 937,00, enquanto atualmente é de R\$ 1.412,00, representando um aumento de aproximadamente 51%. Nota-se que, no contrato referido pela

oponente, o preço permanece inalterado, sem qualquer correção mesmo em relação à inflação até o ano de 2022. Este fato suscita uma indagação pertinente: se não houve ajuste no valor da hora técnica, houve um aumento na quantidade de horas cobradas?

FATO 4

Durante o processo de disputa, a empresa adversária apresentou uma oferta de R\$ 80,00 para o lote 10. Contudo, ao ser convocada para submeter uma proposta relativa a esse lote, a referida empresa não anexou proposta. Surge, portanto, a indagação sobre a razão pela qual a empresa optou por não praticar o preço de R\$ 80,00 no lote 10, ao passo que o fez nos lotes 1 e 5. Podemos supor que, no caso do lote 10, a empresa estaria obrigada a realizar o serviço in loco, o que a impediria de cobrar horas excedentes além do efetivamente utilizado.

FATO 5

A empresa oponente não possui registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), requisito obrigatório conforme especificado no edital. Adicionalmente, é importante destacar que os engenheiros responsáveis apresentados pela referida empresa também não possuem registro no CREA/SC.

CONCLUSÃO

Diante dos elementos analisados, é possível concluir que a proposta apresentada pela empresa oponente se revela inexequivelmente desproporcional, considerando o valor do seu custo operacional.

A declaração de exequibilidade, baseada em suposições e percentagens fixas, levanta questionamentos sobre sua solidez e alinhamento com a realidade do mercado. Diante dos fatos expostos, torna-se evidente que a empresa oponente adota a prática de cobrar um número excessivo de horas, visando compensar eventuais prejuízos no valor da hora técnica.

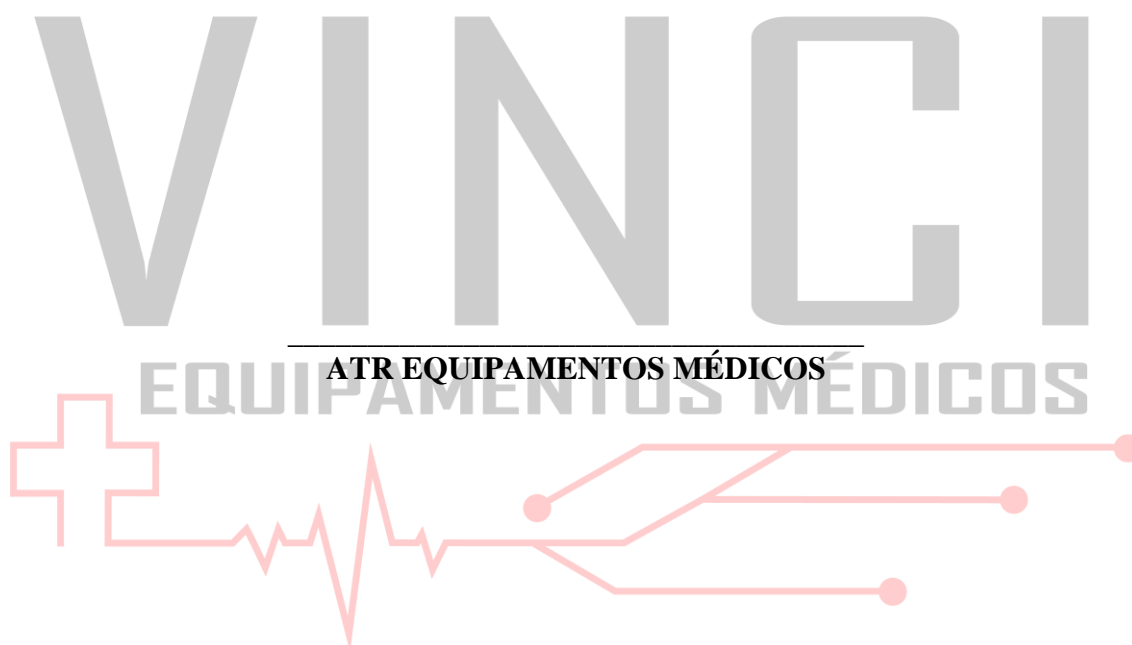
Além disso, o contrato apresentado como evidência de exequibilidade, firmado em 2017, permanece inalterado ao longo dos anos, o que indica uma falta de ajuste aos cenários econômicos subsequentes. Esses aspectos comprometem a confiabilidade da proposta e suscitam dúvidas sobre a capacidade da empresa em se adaptar às condições vigentes.

Adicionalmente, a ausência da habilitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), tanto por parte da empresa quanto dos engenheiros responsáveis apresentados, contraria requisitos essenciais estipulados no edital, comprometendo a validade e legalidade da participação da empresa no processo.

DOS PEDIDOS

Pedimos a reconsideração da classificação da empresa que conquistou os lotes 1 e 5, devido à evidência de inexequibilidade. Além disso, por razões de segurança e confiabilidade, solicito a revisão, uma vez que, para compensar as perdas referentes ao custo de sua hora, a empresa precisaria cobrar um número de horas superior ao tempo efetivamente despendido na manutenção dos equipamentos. Alternativamente, há a possibilidade de cobrança por peças que não foram utilizadas.

Requeremos a desclassificação da empresa devido à ausência de documentação necessária para a execução do serviço, conforme exigido no edital.



PATO BRANCO 17/01/2024

ATR EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

Rua Iguatemi, 366 – Sala 2 • Pinheirinho • CEP 85.506-210 • Pato Branco • PR • Fone: (46) 92000-9520